



By @kakashi_copiador



NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Lei 14.133/2021

Prof. Antonio Daud



DISPOSIÇÕES SETORIAIS

(ARTS. 40-52)

Disposições setoriais

compras (arts. 40-44)

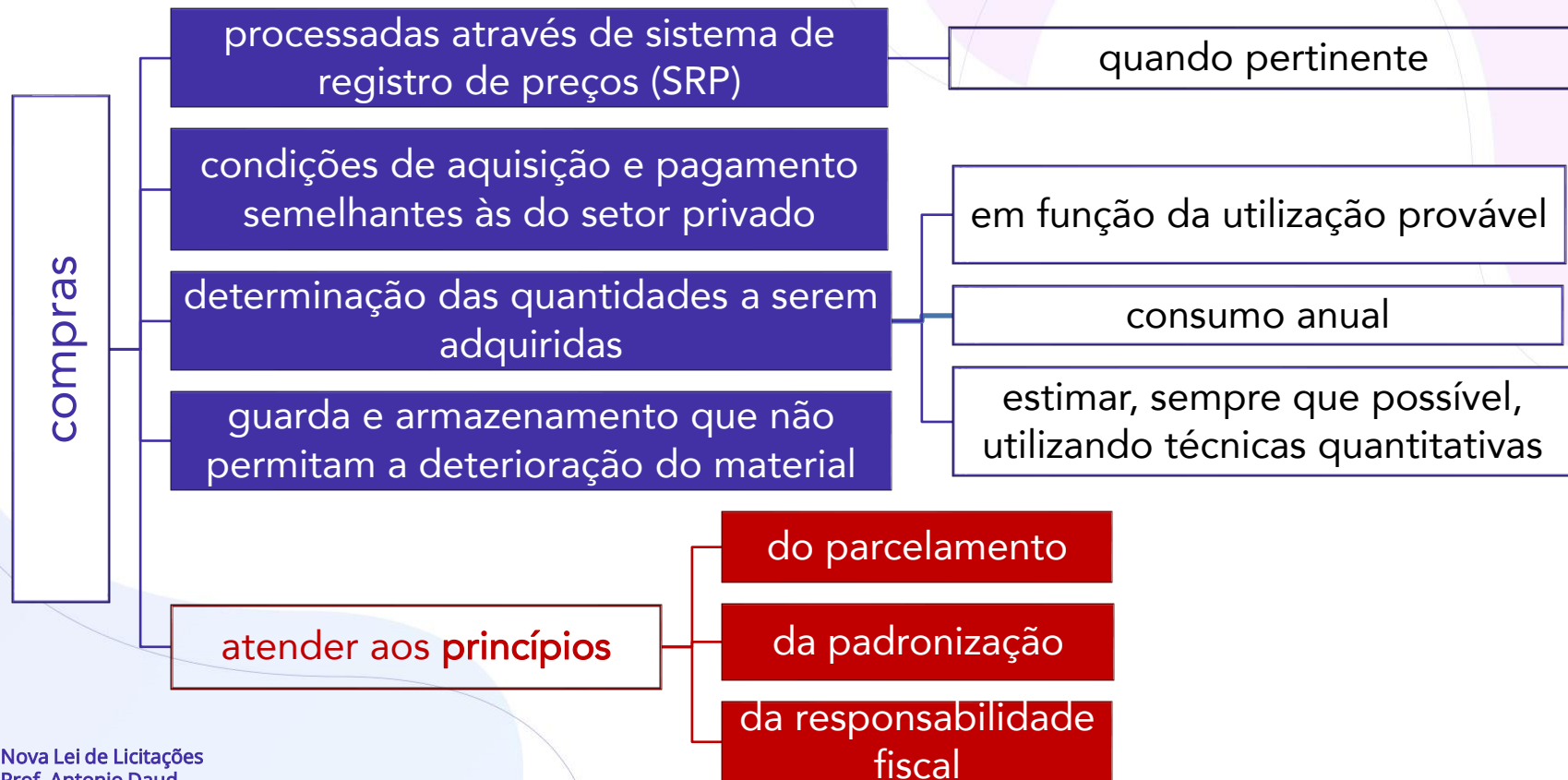
obras e serviços de engenharia (arts. 45-46)

serviços em geral (arts. 47-50)

locações de imóveis (art. 51)

licitações internacionais (art. 52)

Compras (arts. 40-44)



Parcelamento das compras

Art. 40, § 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, **deverão ser considerados**:

I – a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II – o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III – o dever de buscar a **ampliação da competição** e de **evitar a concentração de mercado**.

Art. 40, § 3º O parcelamento **não será adotado** quando:

I – a **economia de escala**, a **redução de custos de gestão** de contratos ou a **maior vantagem na contratação** recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

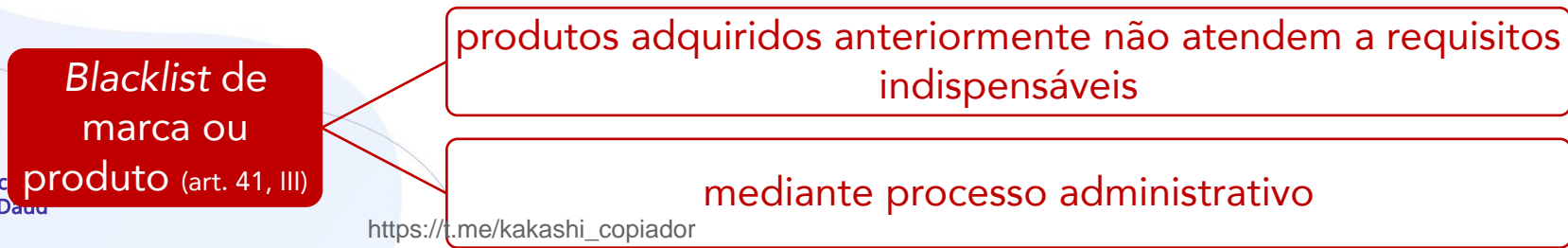
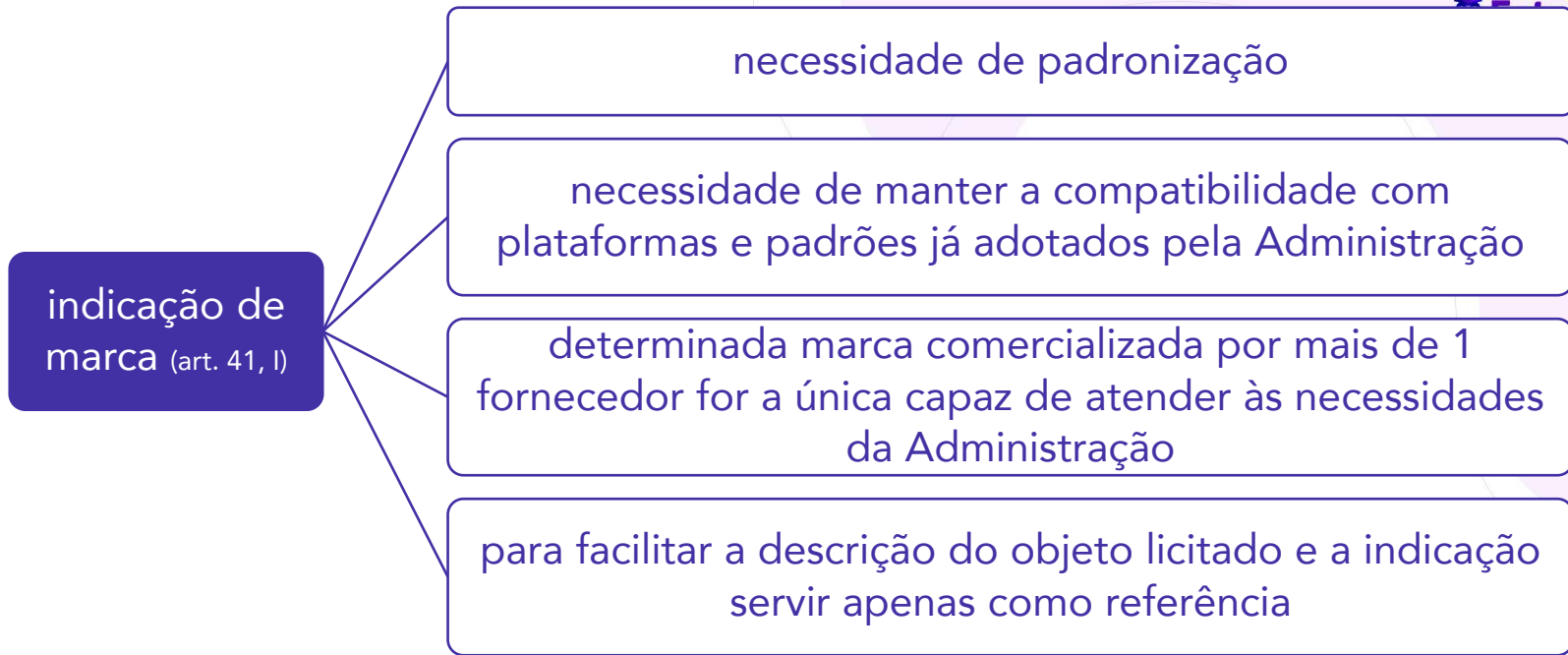
II – o objeto a ser contratado configurar **sistema único e integrado** e houver a **possibilidade de risco ao conjunto** do objeto pretendido;

III – o **processo de padronização** ou de **escolha de marca** levar a **fornecedor exclusivo**.

Art. 43. O **processo de padronização** deverá conter:

- I - **parecer técnico** sobre o produto, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia;
- II - **despacho motivado da autoridade superior**, com a adoção do padrão;
- III - síntese da **justificativa** e **descrição sucinta do padrão** definido, divulgadas em sítio eletrônico oficial.

§ 1º É permitida a padronização com base em processo de outro órgão ou entidade de **nível federativo igual ou superior** ao do órgão adquirente, devendo o ato que decidir pela adesão a outra padronização ser devidamente motivado, com indicação da necessidade da Administração e dos riscos decorrentes dessa decisão, e divulgado em sítio eletrônico oficial.



Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de **qualidade comum**, não superior à necessária para **cumprir as finalidades** às quais se destinam, **vedada a aquisição de artigos de luxo**.

§ 1º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário definirão em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.

§ 2º A partir de **180 (cento e oitenta) dias** contados da promulgação desta Lei, novas compras de bens de consumo só poderão ser efetivadas com a edição, pela autoridade competente, do regulamento a que se refere o § 1º deste artigo.



Execução indireta de obra pública

emp. por
preço
global

emp. por
preço
unitário

tarefa

emp.
integral

Cont.
integrada

Cont.
semi-
integrada

fornecime
nto e
prestação
de serviço
associado

Preço certo
e total

Preço certo
de unidades
determinad
as

Mão-de-
obra para
pequenos
trabalhos.

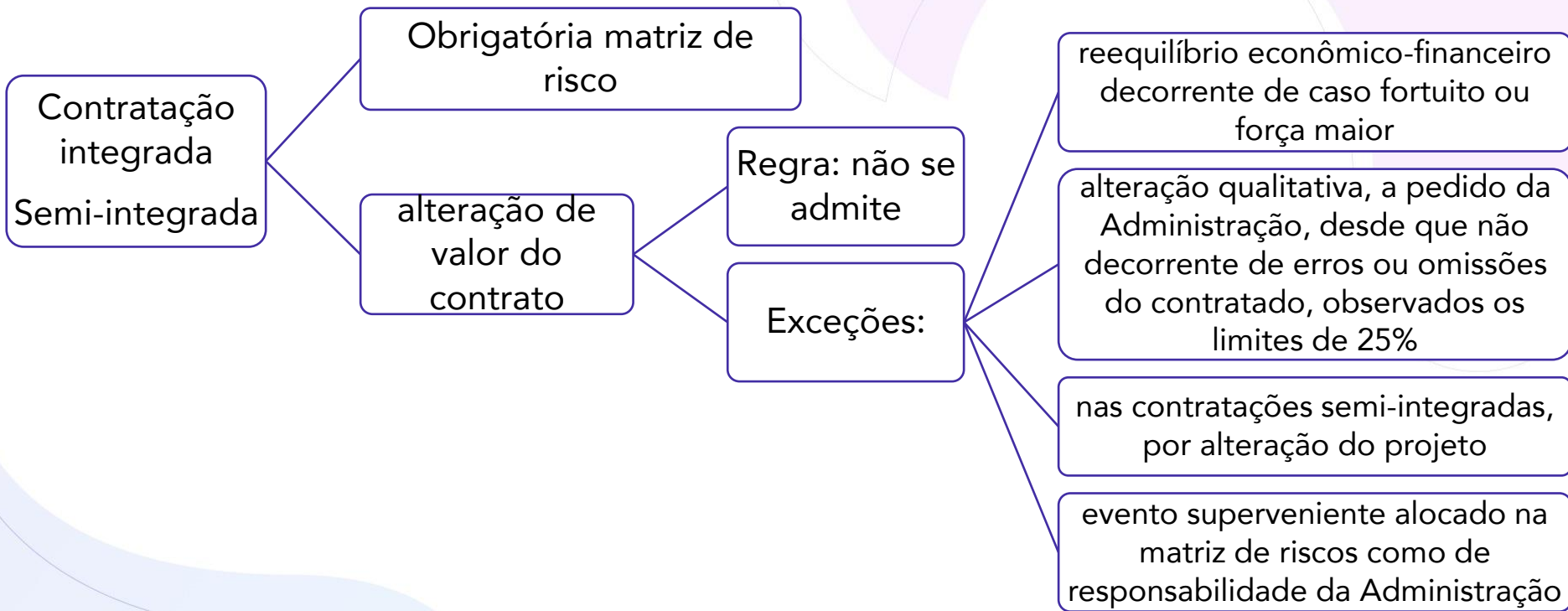
Com ou
sem
materiais

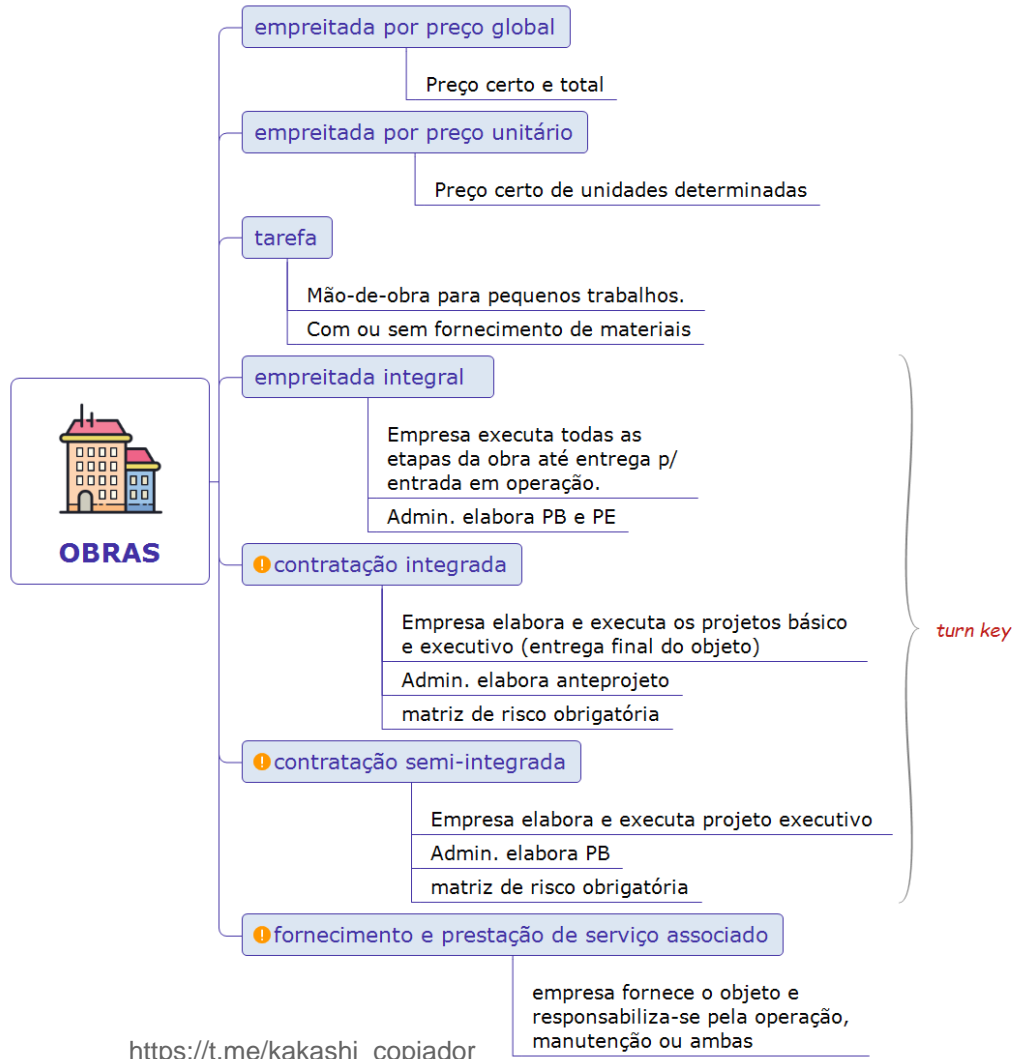
Todas as
etapas da
obra até
entrega p/
entrada em
operação.

Proj. básico
e executivo
+
Todas as
etapas
(entrega
final)

Projeto
executivo
+
Todas as
etapas
(entrega
final)

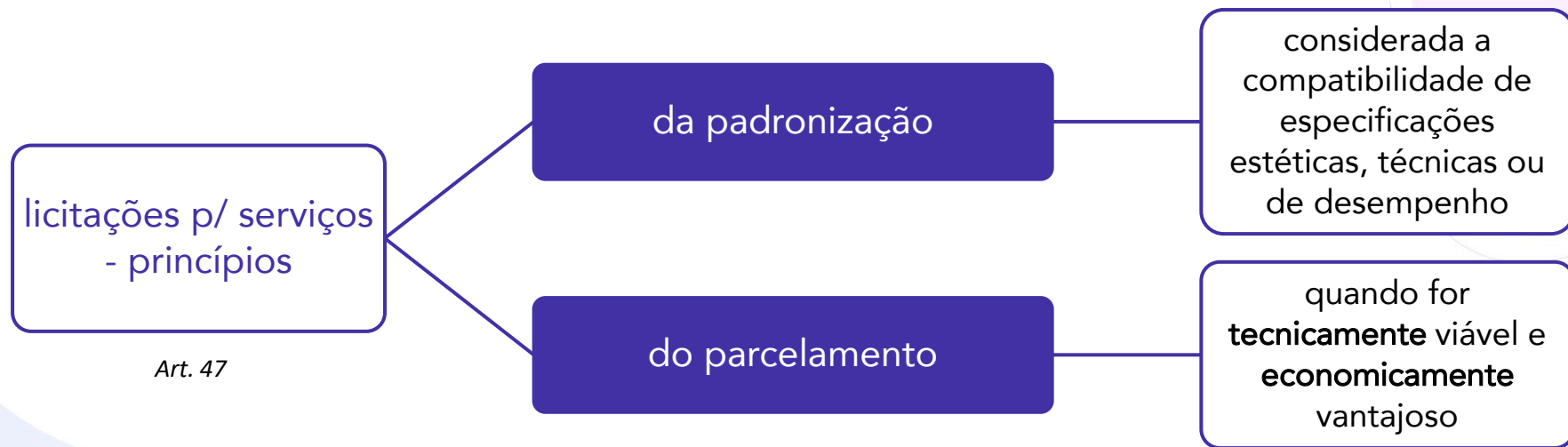
empresa
fornece e
responsabili
za-se pela
operação/
manutençã
o





Serviços (arts. 47-50)

Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as **atividades materiais acessórias, instrumentais** ou **complementares** aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:



**licitações p/
serviços -
vedações**

Art. 48

indicar pessoas como terceirizadas

demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação

estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado

prever, em edital, exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado

fixar salário, a ser pago pelo contratado, inferior ao definido em lei ou ato normativo

definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos

Art. 48, parágrafo único. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, **até o terceiro grau**, de **dirigente do órgão** ou entidade contratante ou de **agente público que desempenhe função na licitação** ou **atue na fiscalização** ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Contratação de mais de 1
empresa p/ prestar serviço

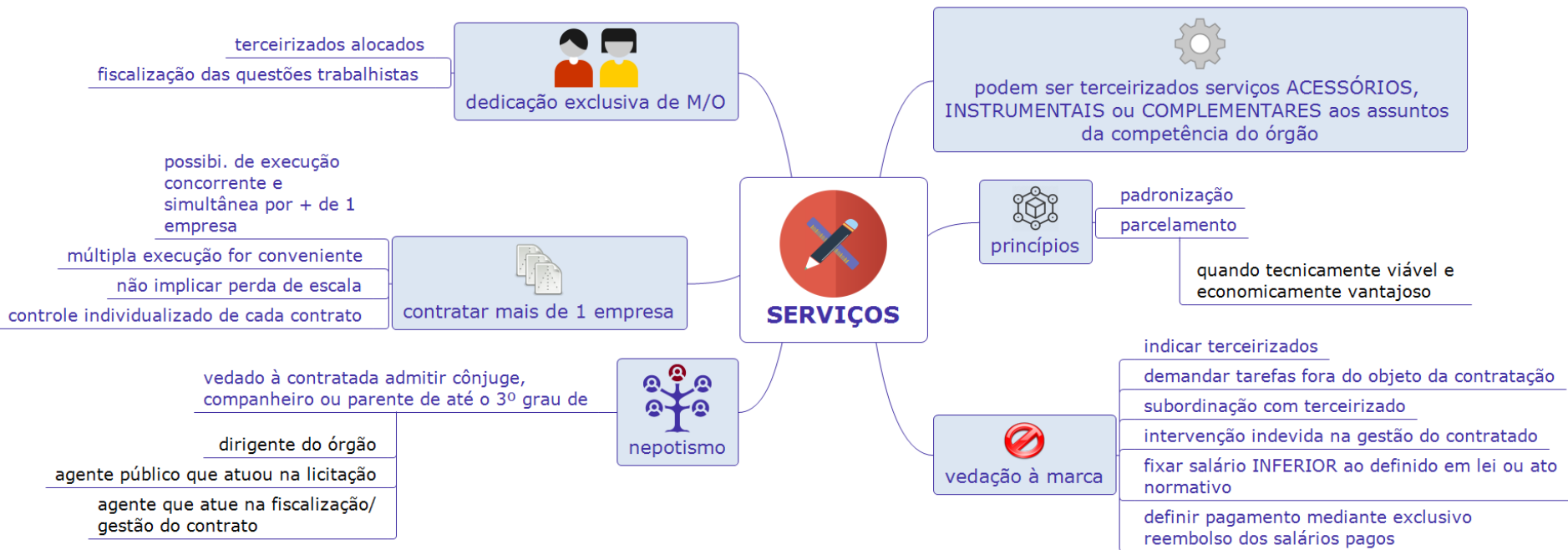
Art. 49

justificativa expressa

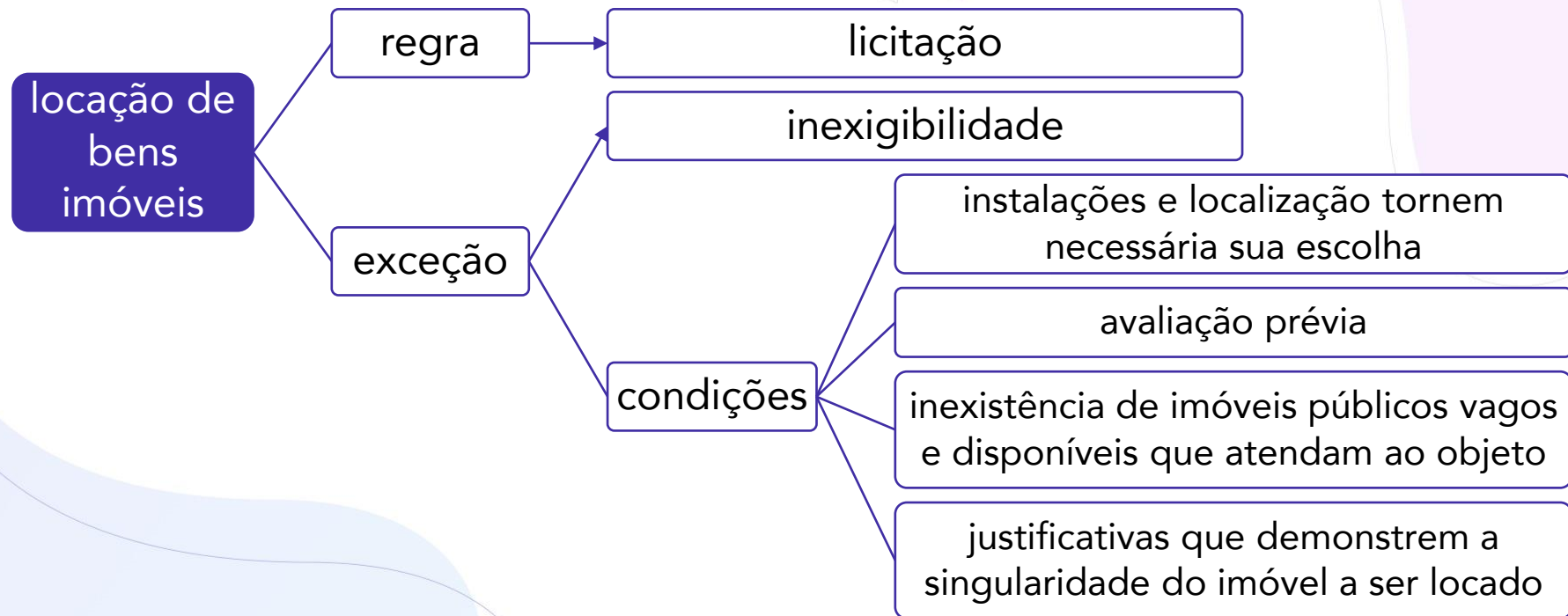
múltipla execução for conveniente

objeto possa ser executado de forma concorrente e
simultânea por mais de um contratado

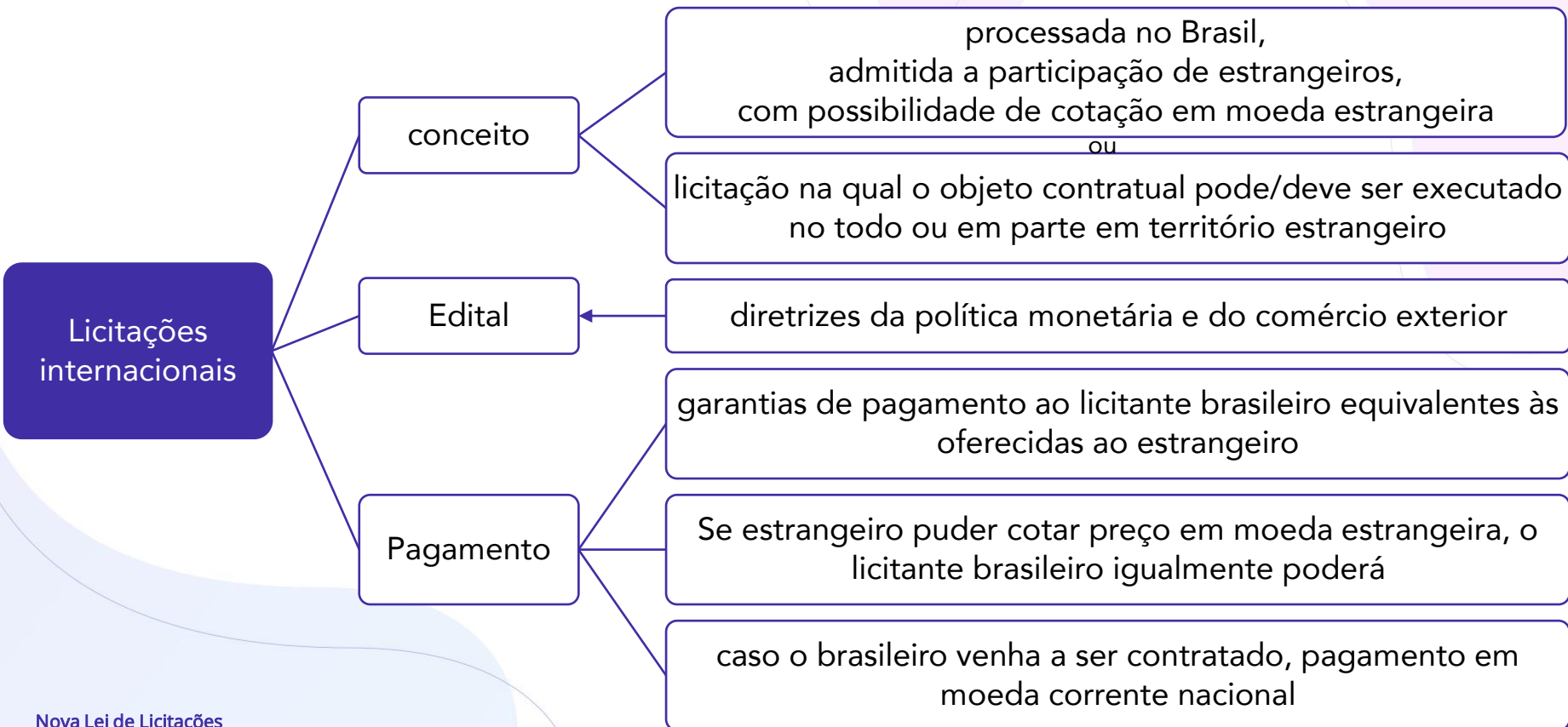
desde que não implique perda de escala



Locação de bens imóveis (art. 51)



Lic. Internacionais (art. 52)





OBRIGADO



@professordaud



t.me/professordaud